



Conservação ambiental

Acordo sobre clima

Metas brasileiras poderiam ser mais ambiciosas e abrangentes

Por Marcelo Machado Leão

No final de setembro, o Brasil anunciou oficialmente, em Nova York, as suas metas para redução das emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa. Pela proposta, a ser encaminhada para a próxima Conferência sobre o Clima, a realizar-se em dezembro próximo, em Paris, pretende-se diminuir tais emissões de 37% até 2025, e de 43%, até 2030, tendo por base o nível de 2005.

Segundo os especialistas no assunto, apesar de impressionar em um primeiro momento, o comprometimento brasileiro não é tão ambicioso como parece. Na verdade, como os níveis de emissões atuais giram em torno de 40% abaixo do que estavam em 2005, graças à redução do desmatamento na Amazônia ocorrido entre 2006 e 2012, e, portanto, o Brasil está se comprometendo apenas com reduções residuais nos próximos quinze anos.

Além disso, quando se exclui do cálculo o fator de redução das taxas de desflorestamento na Amazônia, o cenário fica bem menos promissor. A contribuição de todos os setores para o aumento do efeito estufa, principalmente da agropecuária e da energia, só aumentaram: de 1990 a 2013, as emissões totais, excetuando-se as provocadas pela mudança de uso no solo, quase dobraram, de acordo com estudos realizados pelo Observatório do Clima.

Concretamente, o Brasil está se comprometendo a emitir, em 2025, até 1,30 gigatonelada de dióxido de carbono (CO2) equivalente, e até 1,16 gigatonelada, em 2030. Como em 2012, ano em que se registrou a mais baixa taxa de desmatamento, a emissão foi de 1,203 gt, a proposta atual é apenas para estabilizar as emissões, nos próximos anos, em nível um pouco abaixo do verificado em 2012.

Dessa forma, além do volume pouco significativo de redução, a meta brasileira é considerada deficiente, no que se refere à eficiência da política energética e florestal. Para tornar a contribuição do país em benefício do clima global mais eficiente, seria necessário aumentar drasticamente a participação das fontes de energias renováveis na matriz energética nacional, e também, conter a devastação florestal, principalmente a que ocorre em pe-



Cerrado brasileiro, onde o ritmo da destruição é hoje maior do que na Amazônia

quena escala.

Um estudo recente da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), mostrou que o Brasil, apesar de conter o desmatamento em áreas de maior extensão, registra avanço na devastação feita de forma pulverizada. Segundo o documento, em 2004, o desmate realizado em clareiras de até 25 hectares correspondia a aproximadamente 25% da área total devastada da Amazônia e, em 2012, o desflorestamento em pequena escala já era responsável por mais de metade da destruição daquele bioma e contê-lo, ainda, era um grande desafio para o país.

Outra consideração dos especialistas é o fato de que o estabelecimento da meta brasileira de redução de emissões tenha contemplado apenas a Amazônia, excluindo os outros biomas, especialmente, o Cerrado, onde a destruição tem sido ainda maior, calculada em torno de 6.000 m2 por ano, segundo o Observatório do Clima.

Em resumo, a proposta brasileira, apesar de não ser ruim, quando comparada com outros países responsáveis por volumes maiores de emissões de gases nocivos, não está compatível com a meta proposta na próxima COP21 para limitar em 2°C a temperatura do planeta. Demonstra, também, que o país não está explorando todo o seu potencial de redução de emissões com ganhos econômicos, seja por meio do incentivo de iniciativas como a restauração flores-



Energia eólica tem grande potencial de crescimento no Brasil

tal nos diversos biomas, seja pela prática da agricultura de baixo carbono e pelo investimento em energias renováveis.

CONFLITOS DE INTERESSES

As tentativas da Organização das Nações Unidas para formalizar um tratado em nível mundial destinado a combater as alterações climáticas em andamento no planeta remontam aos anos 1990. Para assessorar a ONU, criou-se o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC). Este órgão científico independente, em seu primeiro relatório sobre aquecimento global, enfatizou a necessidade da redução de 60% das emissões dos gases efeito estufa para deter o aquecimento global.

A partir de 1995, os encontros entre as nações, denominados Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP)

se das negociações.

Durante a COP13, realizada em 2007, em Bali, na Indonésia, a questão das florestas foi incluída pela primeira vez na decisão final. Naquela oportunidade, os cientistas do IPCC informaram que a temperatura do planeta subiria 0,760C no século XX e que, se o processo continuasse, as consequências poderiam ser dramáticas para a humanidade. Haveria a alteração no regime de chuvas e, assim, algumas regiões poderiam se tornar deserto; outras sofreriam inundações e alagamentos, obrigando a migração de pessoas e animais. Em decorrência, surgiria a escassez de alimentos e muitas espécies correriam riscos de extinção. Aumentariam, também, as probabilidades de disseminação de doenças e epidemias. Cientistas da Universidade da Columbia (EUA) estimaram que, por causa dessas catástrofes, haveria 50 milhões de refugiados no mundo. Muitos indícios dessas alterações climáticas previstas já podem ser observados: a calota de gelo ocidental da Antártida derrete a velocidade de 250 quilômetros cúbicos por ano, elevando o nível dos oceanos em 0,2 milímetro, a cada doze meses. O degelo desta calota pode fazer os oceanos subirem até 4,9 metros, cobrindo vastas áreas litorâneas pelo mundo e ilhas inteiras.

Mesmo diante dessas graves ameaças, as negociações não avançaram muito nos encontros seguintes e as emissões de gases causadores do efeito estufa na atmosfera continuaram a crescer: de 1997 até 2008, haviam aumentado 6,5%, principalmente pela não adesão dos maiores poluidores, como os Estados Unidos e a China. Segundo dados divulgados em setembro de 2014, a quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera continua a subir bateu recorde em 2013. O objetivo do próximo encontro em Paris (COP-21) é impedir o aumento da temperatura global supere 2o C, até 2100.

Marcelo Machado Leão é Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Ciências Florestais e pós-doutorando pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Além de diretor técnico da Propark Paisagismo e Ambiente Ltda., e Coordenador da Propark Educacional, é professor convidado da Esalq-USP e Professor do PECEGE/Esalq-USP.